

# NOTA DE PESQUISA: ARTICULAÇÕES INTRAPARTIDÁRIAS E DESEMPENHO ELEITORAL NO BRASIL

George Avelino

Ciro Biderman

Leonardo S. Barone

## **RESUMO**

Neste trabalho, nós enfocamos a questão se a eleição de um prefeito influencia o desempenho eleitoral do mesmo partido nas eleições proporcionais seguintes no mesmo município. Nós utilizamos um Modelo de Regressão Descontínua (RDD) para identificar o efeito causal dos prefeitos sobre o desempenho eleitoral do seu partido nas eleições para deputado federal e estadual. A utilização de RDD permite comparar municípios onde um partido venceu por pequena margem com outro onde o mesmo partido perdeu também por margem estreita. Estes dois municípios podem ser considerados como contrafactuais um do outro, pois a definição do candidato vitorioso estará relacionada a ligeira variação dos votos motivada pelo tempo no dia das eleições ou outras causas exógenas ao processo eleitoral. Nossos resultados sugerem que a eleição de prefeito (mesmo com uma margem de vitória de apenas 1%) deverá aumentar os votos para o mesmo partido nas eleições tanto para deputado federal como para deputado estadual. Interpretamos esse resultado como uma evidência de articulação intrapartidária, pois os prefeitos atuariam sistematicamente a favor dos candidatos a deputado federal de seus próprios partidos.

## **ABSTRACT**

We address the issue of whether electing a mayor affects the same party performance at subsequent proportional elections in the same municipality. We employ a Regression Discontinuity Design (RDD) model to identify the causal effect of elected mayors over their party performance in elections for federal and state representatives. RDD allows us to compare municipalities where a party has barely won to municipalities where the same party has barely lost. These two municipalities can be considered as an estimate of the counterfactual for each other, as the definition of winning candidates is related to the slight random variation in party vote shares due to weather or other exogenous causes. Our results suggest electing a mayor (even with a 1% margin) increases votes for the same party for both federal and state representatives. We interpret this result as evidence of party integration, as elected mayors would work systematically to favor their own party candidates in subsequent proportional elections.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Partidos políticos, eleições, organização partidária, descentralização, federalismo

## **KEYWORDS**

Political parties, elections, party organization, decentralization, federalism

## INTRODUÇÃO

Alguns autores tem atestado a queda da volatilidade eleitoral no Brasil desde 1994. Apesar de esta queda não ter sido homogênea, ela tem sido consistente ao longo das últimas décadas e deve colocar a volatilidade eleitoral brasileira perto da média dentre os países democráticos. Por exemplo, de acordo com Mainwaring e Torcal (2006), a média da volatilidade eleitoral no Brasil entre 1982 e 2002 foi 24,1%, um valor mediano em um grupo de 39 países majoritariamente da Europa e das Américas<sup>1</sup>. Esta queda na volatilidade é surpreendente, dado o paradigma dos “partidos fracos” que tem dominado boa parte das análises sobre os partidos brasileiros. Esta divergência entre o que seria esperado e o que é observado colocou um novo problema de pesquisa em busca de explicação.

Em um artigo recente, Carneiro e Almeida (2008) deram um passo adiante na compreensão da queda da volatilidade, ao demonstrarem os altos níveis de correlação do desempenho eleitoral dos partidos – queda na volatilidade – ocorrem também nos municípios brasileiros. Mais importante, este trabalho salientou uma habilidade inesperada dos partidos brasileiros de organizar seus esforços eleitorais não somente para as eleições no mesmo nível de governo, a maneira tradicional de analisar a volatilidade eleitoral, como também para eleições de diferentes níveis governamentais.

Neste trabalho, pretendemos contribuir para esta discussão ao tratar do tema dos efeitos que a eleição de um prefeito pode ter sobre o desempenho, no mesmo município, de seu partido nas eleições proporcionais subsequentes. Nós afirmamos que, se não houver articulação entre os diferentes níveis da organização partidária, a eleição de um prefeito não deveria implicar em mais votos para o seu partido na eleição proporcional subsequente de âmbito estadual. Consequentemente, se encontrarmos evidências de causalidade entre a eleição de um prefeito e os votos nas eleições proporcionais do seu partido na eleição seguinte, interpretaremos esse resultado como evidência de que a articulação intrapartidária tem importância nas eleições brasileiras.

---

<sup>1</sup> Para uma análise da heterogeneidade da volatilidade eleitoral entre os estados brasileiros, ver Bohn e Paiva (2009) e os trabalhos nele citados.

Nós utilizamos um modelo de regressão descontínua (RDD, em inglês) para identificar o efeito causal da eleição dos prefeitos sobre o desempenho partidário nas eleições para deputados estaduais e federais. O RDD permite que comparemos municípios nos quais um mesmo partido venceu marginalmente as eleições com aqueles em que perdeu da mesma forma. Estes dois municípios podem ser considerados como uma estimativa para o contrafactual um do outro, tendo em vista que a definição de candidatos vencedores está relacionada à pequena variação aleatória dos votos devido ao clima no dia das eleições ou a outros fatores exógenos.

Nossos resultados sugerem que eleger um prefeito (mesmo com 1% de margem) aumentaria os votos para o seu partido nas eleições proporcionais subsequentes tanto para os deputados federais quanto para os estaduais. Esta é uma descoberta importante para entender as articulações partidárias entre diferentes níveis de governo no sistema político brasileiro, uma variável crucial para entender a política federativa, conforme apontado por Riker (1964). Essa descoberta também é importante para ampliar nossa compreensão do tamanho legislativo dos partidos na Câmara Federal ou nas Assembleias Estaduais, uma variável fundamental para entender o papel que um partido pode desempenhar no processo de formação das coalizões governamentais.

## **1. ORGANIZAÇÃO INTRA-PARTIDÁRIA E COMPETIÇÃO ELEITORAL**

A atividade partidária em diferentes níveis territoriais de governo aumentou com a descentralização política ocorrida no Brasil e em outros países. Apesar da expectativa de que a descentralização imporia maiores desafios de coordenação sobre os partidos políticos, uma vez que estes têm de administrar a interação entre as arenas eleitorais locais e nacionais, ainda temos conhecimento limitado acerca de como os partidos se desempenham neste tipo de articulação.

Como os partidos se organizam e como eles administram articulações partidárias entre políticos nos diferentes níveis eleitorais? Como é bastante conhecido, a habilidade que os partidos demonstram para integrar as ações nos diferentes níveis nos informará muito sobre a natureza do sistema político. Se os sistemas partidários organizados em diversos níveis se desenvolverem diferentemente pelo território nacional, partidos com eleitorados locais devem levar à excessiva fragmentação no nível nacional e dificultar a tarefa de criar e administrar governos neste último

nível. Por outro lado, o declínio na volatilidade abre uma oportunidade para a articulação da competição eleitoral nos diferentes níveis e o surgimento de partidos com eleitorados mais amplos. Neste último caso, a presença de partidos similares nas arenas locais e nacionais demandarão habilidade organizacional dos líderes partidários para criar articulações entre os níveis de organização partidária.<sup>2</sup>

O tipo de articulação intrapartidária dependerá de como os partidos são organizados, ou mais especificamente, do nível de centralização partidária.<sup>3</sup> Em partidos centralizados, a liderança nacional é responsável pelas decisões partidárias cruciais, como o recrutamento de lideranças locais, a seleção de candidatos e a estratégia de coalizões. Neste tipo de partido, conflitos intrapartidários podem ser baixos, uma vez que a integração entre arenas eleitorais é definida *ex ante* pelos estatutos partidários. Em partidos cuja organização é mais descentralizada, as organizações locais mantêm alguma autonomia quando se defrontam com líderes nacionais, e a articulação entre diferentes arenas eleitorais será consequência de negociações entre as lideranças nacionais e locais.

Este artigo está preocupado com um tipo de articulação intrapartidária: o efeito *coattail* reverso das organizações partidárias locais para níveis mais elevados de competição eleitoral. O estudo dos efeitos eleitorais do tipo *coattail* são comuns na literatura sobre a política norte-americana, mas raros em estudos sobre outros sistemas políticos. Pode-se entender este efeito como a capacidade de um candidato de primeira linha do partido, normalmente os candidatos a cargos executivos, de transferir votos para seus companheiros de partido candidatos em níveis mais locais de competição eleitoral. O exemplo mais comum na política norte-americana relaciona o voto para presidente com o voto para os cargos legislativos no distrito eleitoral.

Os efeitos *coattail* reversos também se referem às transferências intrapartidária de votos, mas desta vez observadas de uma perspectiva de baixo para cima. Mais especificamente, lida com a

---

<sup>2</sup> Nós evitamos utilizar o termo “coordenação”, tal como introduzido por Cox (1997, 1999 e 2005). Este autor se refere às comparações da fragmentação do sistema partidário em diferentes níveis, mas sua preocupação primária é com soluções estratégicas para o problema de existência de mais candidatos do que cargos em disputa. Mesmo que as soluções propostas por Cox requeiram articulações intrapartidárias, este último tópico não é considerado por este autor como um problema específico.

<sup>3</sup> Para uma análise mais detalhada deste problema, ver Deschouwer (2003 e 2006) e Thorlakson (2009 e 2011).

habilidade das organizações partidárias locais de transferir votos para candidatos partidários em eleições disputadas em nível mais amplo. Em oposição ao efeito *coattail* tradicional, assumimos que este tipo de transferência de votos depende não apenas das relações entre a seção local do partido e o respectivo eleitorado, mas também das ligações entre os seções locais e a direção do partido em nível mais amplo. Em um partido integrado, essas relações permitirão que os membros locais customizem as mensagens partidárias, originalmente cunhadas para disputas eleitorais em níveis mais amplos, para os eleitores locais, de modo a maximizar o desempenho eleitoral do partido em todos os níveis.

Neste artigo, analisamos se os prefeitos são capazes de transferir votos para os candidatos de seu partido nas eleições para os cargos legislativos estaduais e federais. Alguns autores já argumentaram sobre a existência do efeito *coattail* reverso no Brasil; entretanto, eles não focaram sua atenção para os prefeitos como uma importante engrenagem para o desempenho eleitoral do partido nas eleições proporcionais subsequentes.<sup>4</sup>

Antes de lidar com as especificidades da análise empírica, algumas informações sobre o sistema político brasileiro são importantes.

## **2. O SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO: FEDERALISMO E ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA**

Ainda que o sistema político brasileiro apresente uma combinação rara de fórmulas eleitorais, o calendário eleitoral adquiriu considerável estabilidade quando comparado com o passado do país e as eleições são conduzidas regularmente a cada dois anos. De acordo com essa regra, em vigor desde 1994, as eleições estaduais e nacionais são realizadas simultaneamente, com um intervalo de dois anos para as eleições municipais.

---

<sup>4</sup> Sobre efeitos *coattail* reversos referidos pelo caso brasileiro, ver Ames (1994), que lida com os efeitos da organização partidária local nas eleições presidenciais de 1989, e Samuels (2000a e 2000b), que se preocupa com a relação entre o número de candidatos concorrendo para governador como o número de listas competindo nas eleições legislativas.

Detalhadamente, nas eleições nacionais e estaduais, presidente e governadores de estados são eleitos para um mandato de quatro anos em um regime majoritário de dois turnos, com uma disputa entre o primeiro e o segundo candidatos mais votados se o mais votado não atingir mais que 50% dos votos no primeiro turno. Membros de ambas as Câmaras Estaduais e Federal são eleitos também para um período de quatro anos, em um modelo proporcional estadual de lista aberta. Finalmente, senadores também são eleitos em eleições estaduais para mandatos de oito anos; o Senado Federal é renovado a cada quatro anos, em um sistema de um terço e dois terços, por meio de eleições majoritárias também realizadas simultaneamente com as eleições nacionais e estaduais.

Eleições municipais são realizadas a cada quatro anos para eleger tanto o prefeito como os vereadores para um mandato de mesmo período. Em cada município, o prefeito é eleito por meio de sistema majoritário de turno único, e os vereadores são eleitos por meio de um regime proporcional de lista aberta.<sup>5</sup>

Ao contrário da maioria das federações, que são organizadas por meio da relação entre o governo central e os governos estaduais ou provinciais, o federalismo brasileiro é organizado como um governo de três níveis, uma vez que os municípios também são reconhecidos como fontes soberanas de poder político. Devido a esta peculiaridade do federalismo brasileiro, os prefeitos têm autoridade sobre políticas públicas sob sua jurisdição. Esta autoridade dos prefeitos aumentou sua importância com a descentralização promovida pela Constituição de 1988, que delegou aos municípios a implementação de importantes políticas públicas, como educação e saúde. Como resultado, os cargos municipais são disputados e as arenas municipais aumentaram sua importância como *loci* de competição política.

Em face a este tipo de arranjo federativo, não é surpreendente que os partidos brasileiros sejam relativamente descentralizados. Tipicamente, os partidos têm uma estrutura baseada em diretórios municipais, que estão encarregados de assuntos rotineiros dos partidos, tal como o recrutamento

---

<sup>5</sup> Em municípios com mais de 200 mil eleitores registrados, os prefeitos são eleitos por meio do mesmo sistema de dois turnos que regulamenta as eleições para presidente e para governadores de estado. Sobretudo, a reeleição está limitada a dois mandatos consecutivos (presidente, governadores e prefeitos). Todas posições legislativas (senadores, deputados federais ou estaduais e membros do câmara municipal) não têm restrição de reeleição.

de novos membros. Apesar de terem ocorrido intervenções ocasionais de cima para baixo, as convenções municipais detêm autonomia considerável nas decisões sobre campanhas municipais, sobre a seleção de candidatos para o executivo municipal e assentos legislativos, sobre a definição de propostas políticas, estratégias de coalizão, etc. Por fim, as convenções municipais também selecionam delegados municipais para as convenções partidárias estaduais, que decidem sobre os mesmos assuntos no nível estadual e selecionam os delegados estaduais para as convenções partidárias nacionais.

De acordo com a maior parte da literatura, o federalismo implica que a política estadual importa, que os eleitores e os candidatos terão incentivos para interligar seus esforços entre os municípios dentro de seus estados, e que o sucesso dessas articulações, agora ao nível nacional, definem o sistema partidário como composto por partidos regionais ou nacionais. Na federação brasileira, isso implica que no primeiro momento, os municípios devem ser levados em conta nesses esforços de articulação estadual; conforme argumentado, os municípios representam poderes locais autônomos e são paralelos às seções partidárias municipais, que também gozam de autonomia considerável com relação às lideranças partidárias de níveis mais elevados.<sup>6</sup>

Neste sentido, a singularidade do Brasil frente a outros países é que o espaço territorial que define a unidade primordial de organização partidária corresponde à uma fonte constitucional de autoridade política, selecionada por meio de eleições competitivas. Como será argumentado mais adiante, essa autoridade política local pode funcionar como um ponto focal para influenciar a decisão de eleitores nas eleições legislativas subsequentes. A ocorrência deste tipo de efeito *coattail* reverso, mesmo após um período de dois anos, poderia ser uma evidência de articulação vertical dos partidos.

### **3. PREFEITOS E ELEIÇÕES LEGISLATIVAS ESTADUAIS**

---

<sup>6</sup> Por exemplo, Guarnieri (2011) salienta que a direções partidárias estaduais e nacionais podem ter interesse em dificultar a organização de diretórios municipais representativos, pois preferem controlar o diretório através da instituição de comissões provisórias. Segundo nossa interpretação, os partidos organizados no município através de comissões provisórias teriam mais dificuldade para eleger o prefeito; mas, ao mesmo tempo, poderiam apresentar grau maior de articulação intrapartidária no estado. Estas questões mereceriam mais atenção no futuro.

Diversas razões explicam porque vencer as eleições executivas municipais influenciaria a decisão dos eleitores. Ao vencer as eleições executivas municipais, um partido tem acesso a recursos consideráveis. Primeiramente, há o poder de contratar e de demitir, uma vez que os funcionários públicos podem representar parcela significativa do emprego local, os eleitores cuja renda depende do governo local podem constituir um grupo confiável de apoiadores.

Em segundo lugar, conforme discutido acima, o governo local está encarregado de implementar a maioria das políticas públicas com interface direta com os eleitores. Esta capacidade é significativa, particularmente na federação brasileira, onde a maioria das políticas públicas têm responsabilidade compartilhada entre os três níveis de governo, tornando difícil de diferenciar o papel desempenhado por cada nível no sucesso ou fracasso da política. Apesar da dependência usual dos municípios brasileiros das transferências estaduais e federais, essa característica fortalece o papel dos prefeitos como o canal mais importante através do qual não apenas as políticas de níveis mais elevados de governo são implementadas, mas também o crédito pelas políticas pode ser reclamado localmente de forma efetiva.

Em terceiro lugar, os prefeitos também podem influenciar os eleitores locais porque eles são considerados como membros da comunidade, e como tais, normalmente podem ter mais credibilidade do que seu partido. Essa credibilidade elevada deriva da melhor informação e experiência da seção municipal do partido de como mobilizar os eleitores, o que pode ser alcançado através das interações diárias com os eleitores permitida pela implementação de políticas públicas locais. Como líder municipal do partido, os prefeitos podem emprestar mais credibilidade às promessas feitas pelos seus candidatos.

De forma geral, portanto, os eleitores observariam as políticas públicas, mas teriam dificuldades de atribuir crédito a nenhum político que não o representante do poder executivo municipal – usualmente o prefeito, principalmente nos municípios pequenos que são a grande maioria.<sup>7</sup> Todavia, o prefeito não conseguiu se eleger de forma isolada, mas através de uma candidatura por um partido e apoiada por inúmeros ativistas políticos – sejam estes últimos parlamentares ou não. Dessa forma, seria mais fácil creditar qualquer tipo de sucesso nas realizações do Poder executivo

---

<sup>7</sup> De acordo com o IBGE cerca de 70% dos municípios brasileiros tem até vinte mil habitantes.



municipal aos ativistas políticos que o apoiaram no momento da eleição ou na condução de seu governo.

Esta fonte de credibilidade é muito importante em um sistema proporcional de lista aberta que permite que os partidos lancem um grande número de candidatos,<sup>8</sup> uma vez que os eleitores têm apenas um voto e inúmeras escolhas potenciais entre os candidatos concorrem às Câmaras Estaduais e Federal; normalmente, os eleitores se apoiam em fontes locais de informação para selecionar seu candidato. Em outras palavras, dentro desse contexto eleitoral complexo,<sup>9</sup> os prefeitos – a autoridade local mais importante – podem trabalhar como um ponto focal para o qual os eleitores se voltam para obter informações acerca dos candidatos antes de depositarem seus votos.

Resumindo, as articulações intrapartidárias entre os níveis municipais e estadual seriam realizadas através da construção dessas redes de apoio mútuo que funcionaria não apenas para influenciar os eleitores nas eleições municipais, mas também nas eleições estaduais subsequentes. Mais especificamente, eleger o prefeito pode dar uma vantagem considerável para os candidatos partidários em eleições proporcionais dois anos depois. Essa vantagem veio do maior acesso dos prefeitos aos recursos públicos, seu papel como implementadores de políticas públicas locais ou como intermediários de transferências estaduais e federais, ou até como emprestadores de credibilidade para as promessas eleitorais dos candidatos do partido.

Isso significa que devemos esperar um efeito *coattail* reverso positivo e significativo entre as eleições municipais e estaduais. Mas como podemos isolar o efeito causal de eleger um prefeito de outros potenciais efeitos causais?

#### **4. BASE DE DADOS, ESTRATÉGIA DE IDENTIFICAÇÃO E PRINCIPAIS RESULTADOS**

---

<sup>8</sup> Em São Paulo, o maior estado da federação, nas eleições de 2010 havia mais de mil candidatos competindo por setenta assentos na Câmara dos Deputados.

<sup>9</sup> Para uma discussão mais detalhada sobre os contextos eleitorais complexos, ver Rennó (2006, 2007 e 2009).

Os dados eleitorais utilizados neste artigo foram obtidos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Temos informações detalhadas tanto da eleição municipal de 2008 como da eleição estadual e nacional de 2010. Começamos pelos dados de votação para cada candidato que foram, então, agregados por município e cargo por partido<sup>10</sup>. Para cada município filtramos apenas os partidos que venceram as eleições para prefeito em 2008 ou ficaram em segundo lugar, restando, portanto (potencialmente) dois partidos por município. Também eliminamos municípios com segundo turno<sup>11</sup> (com mais de 200 mil eleitores registrados) e municípios com apenas um competidor para a eleição municipal (garantindo que cada município tivesse dois partidos relevantes), o que nos deixou com 5.221 dos 5.554 municípios brasileiros com eleições em 2010.

Para identificar se há coordenação partidária interna no Brasil, exploramos uma oportunidade dada pelas regras eleitorais brasileiras e discutida anteriormente neste artigo. No Brasil, desde 1994, existem eleições a cada dois anos, alternando entre eleições federais e estaduais (1994, 1998, etc.) e eleições locais (1996, 2000, etc.). A hipótese nula (de que os partidos não se articulam entre os níveis eleitorais) é de que a eleição de um prefeito por um partido não teria impacto (causal) nos votos do mesmo partido na eleição proporcional subsequente.

O problema de identificação do efeito partidário – no caso, a eleição do prefeito – decorre da possibilidade de que os votos do partido em um dado município sejam determinados por variáveis não observáveis pelos pesquisadores. Um partido forte em um município pode ter uma quantidade maior de votos em qualquer eleição mesmo sem coordenação partidária interna. Para lidar com esse problema clássico de endogeneidade, comparamos cidades nas quais o partido venceu a eleição por uma diferença marginal com aquelas na qual o partido perdeu a eleição por uma diferença semelhante. Lee (2008) demonstra que essa estratégia fornece uma variação *quasi*-aleatória entre vencedores e perdedores. O argumento é que em eleições muito apertadas, o

---

<sup>10</sup> Conforme discutido anteriormente, para eleições municipais nós temos dois tipos de candidatos (prefeitos e vereadores).

<sup>11</sup> Como veremos a seguir, a variável que mede o efeito partidário é uma função da margem de vitória do partido ganhador da eleição municipal. Essa margem define também a competição entre partidos o que tem um papel crucial na estratégia de identificação. Ocorre que no caso de municípios com dois turnos, o efeito partidário depende do segundo turno enquanto a competição entre partidos depende da margem no primeiro turno tornando complicada a comparação entre os dois tipos de município. Ademais, a definição das estratégias eleitorais dos partidos para o primeiro turno consideram a existência do segundo turno.

partido vencedor seria determinado aleatoriamente, por algum componente imprevisível no comportamento do eleitor<sup>12</sup>.

Para encontrar tal efeito estimamos variações da seguinte função:

$$v_{m,p,t+2} = \alpha + \delta d_{m,p,t} + V(x_{m,p,t}; \beta) + \sum_k \gamma_k c_{m,p,t}^k + \eta_{m,p,t} \quad (1)$$

onde  $v_{m,p,t+2}$  representa a proporção de votos proporcionais (ou seja, para deputado estadual ou federal) no município  $m$  para o partido  $p$  na eleição ocorrida no ano  $t+2$  (nesse caso, 2010);  $d_{m,p,t}$  é uma variável dummy que assume valor 1 se o partido venceu a eleição e 0 se ele ficou em segundo lugar;  $x_{m,p,t}$  representa a margem de vitória na eleição municipal, isto é, a proporção de votos do prefeito mais votado menos a proporção de votos do segundo colocado no município  $m$ ;  $V(\bullet; \bullet)$  é uma função contínua da margem de vitória parametrizada por  $\beta$ ;  $c_{m,p,t}^k$  representa uma co-variável  $k$  relacionada às características do município  $m$ , partido  $p$  no ano  $t$  onde, para fins de generalidade, mantivemos a possibilidade de  $k$  co-variáveis<sup>13</sup>; e  $\eta_{m,p,t}$  é um termo de erro com os seus atributos geralmente necessários (e desejados).  $\alpha$ ,  $\beta$ s e  $\gamma$ s são parâmetros a serem estimados pela regressão.

Ignorando o viés de seleção, é evidente que  $\delta$  identifica o efeito do prefeito ter sido eleito nos votos da eleição subsequente. Esse efeito denominamos "efeito partidário" pois exige que o prefeito se esforce para obter votos para os deputados de seu partido (não para qualquer candidato). Em outras palavras,  $\delta$  estima  $E[v/d=1] - E[v/d=0]$  onde  $E[]$  é o operador esperança e, para fins de simplicidade, omitimos os subscritos. Se fosse possível controlar para todas as fontes de viés a partir das variáveis observadas poderíamos afirmar que  $\delta$  mede o efeito causal do partido. Uma outra alternativa elegantemente apresentada por Lee (2008) seria testar se há ou não

---

<sup>12</sup> Por exemplo, alguns comentaristas sugeriram que a derrota de Fernando Gabeira no segundo turno da eleição para prefeito do Rio de Janeiro em 2008 deveu-se, em parte, ao fato de que o segundo turno caiu em um feriado, durante o qual os eleitores de Gabeira estariam mais propensos a viajar do que os eleitores de seu desafiante.

<sup>13</sup> Na prática, nessa nota de pesquisa, utilizaremos apenas o total de votos para vereadores bem como apenas as eleições de 2008 e de 2010. A idéia é aplicar essa metodologia de maneira mais generalizada e por isso procuramos manter a generalidade na notação.

uma descontinuidade em torno do ponto de descontinuidade natural de uma eleição: margens menores do que zero implicam em derrota enquanto margens acima de zero implicam em vitória.

Nesse artigo apresentamos evidências para as duas abordagens. Para entender um pouco melhor a estratégia de identificação precisamos refletir sobre a fonte de viés da medida de efeito partidário. Um partido com diversos atores (individualmente) fortes em um determinado município deve ter uma performance boa em qualquer eleição nesse município. Ou seja, a correlação entre os votos do partido em uma eleição deve estar correlacionada com a votação desse partido na eleição seguinte. Nesse sentido a evidência apontada por Carneiro e Almeida (2008) não pode ser considerada como uma estimativa robusta do efeito partidário. Entendemos, no entanto, que se o prefeito atua sistematicamente para favorecer os deputados do seu partido, isso seria evidência de articulação intrapartidária.

Assim, precisaríamos isolar o efeito do prefeito na eleição para deputado da força do partido (independente do prefeito) nesse município. Em uma abordagem de seleção em observáveis deveríamos controlar pelo poder do partido no município. Uma variável (observada) que poderia realizar esse controle é a proporção de votos dos vereadores nas eleições de 2008. Apesar dessa variável ser altamente correlacionada com os votos dos prefeitos, não é perfeitamente correlacionada, uma vez que coligações eleitorais são bastante usuais também nas eleições municipais.<sup>14</sup> Adicionalmente utilizamos como estratégia de identificação a regressão descontínua que consiste em observar o impacto apenas em eleições com uma margem apertada de vitória como discutido acima. Para os interesses desse artigo, eleições apertadas implicam que os participantes do partido classificado em primeiro ou em segundo na eleição municipal devem ter mais ou menos a mesma influência no município que é justamente a fonte de viés para estimar o efeito partidário a partir da correlação entre as eleições defasadas temporalmente.

-- Tabela 1: inserir aqui --

Na primeira linha apresentamos o efeito partido "incondicional" ou seja, apresentamos essencialmente a correlação entre os votos para deputado federal em 2010 em um determinado

---

<sup>14</sup> Para uma análise mais sistemática das coligações eleitorais municipais, ver Leoni (2010).

município e o fato do partido ter eleito o prefeito desse município em 2008. O efeito partido incondicional implica em aumento de 5,5% no desempenho do partido do prefeito nas eleições para deputado federal. Considerando o valor de base de cerca de 15% na amostra – percentual médio da votação dos partidos que ficaram em primeiro ou segundo lugar nas eleições municipais obtiveram nas eleições para deputado federal no mesmo município – a estimativa incondicional é impressionante; um aumento de 37%.

Conforme discutido acima, não acreditamos que esta seja uma boa estimativa do efeito partidário causal. A primeira estratégia para identificar o efeito causal é controlar pela votação que os candidatos a vereador do partido obtiveram no município. Essa variável contemporânea pode controlar por grande parte da endogeneidade no resultado da eleição subsequente se acreditarmos que poderíamos estar confundindo a influência do partido com inércia do poder dos membros do partido no município. De fato, ao adicionarmos essa variável de controle o efeito partidários é reduzido para 3%. De qualquer forma, ainda é significativo a qualquer nível de significância e o impacto ainda é grande se comparado com o valor de base: um aumento de quase 15% na votação do partido para deputado federal no município em relação à linha de base.

Quando restringimos nossa amostra para os municípios em que a margem de vitória foi bastante apertada, confirmamos nossa suspeita de que o efeito irrestrito e incondicional pode estar superestimando o efeito do partido na eleição subsequente. As estimativas são significantes a 1% até para a margem de 1% de vitória. Nos 266 municípios onde o incumbente venceu a eleição com 1% de margem, a votação subsequente para deputado federal de seu partido foram, em média, 3,7% mais altas do que os votos para o candidato na segunda colocação. Mantendo essa amostra de municípios de eleição municipal apertada e adicionando os votos para vereador como variável de controle, o impacto é reduzido levemente para 3,4%. Entretanto, esse valor está acima do estimado para toda a nossa amostra quando adicionamos os votos para vereador do partido (linha 2). Esse resultado sugere que a variável de votos para vereador pode estar afetando “excessivamente” o efeito da eleição do prefeito, induzindo uma subestimativa do parâmetro real.

Testamos diferentes funções para  $V(x;\beta)$  uma vez que um problema relevante no desenho de regressão em descontinuidade é confundir descontinuidade com não-linearidade. Na tabela

reportamos apenas estimativas de uma especificação polinomial de terceiro grau mas os resultados são bastante resistentes à especificação funcional. Magnitude e significância não são afetadas por diferentes premissas da forma funcional da variável em análise – margem de vitória. Interpretamos esse resultado como uma evidência robusta de que há uma coordenação interna no partido de tal sorte que os prefeitos atuam sistematicamente como cabos eleitorais para os candidatos a deputado federal de seus próprios partidos.

A afirmação de que o resultado é robusto parte sobretudo da estratégia de regressão descontínua discutida anteriormente. Essa estratégia tem sido amplamente utilizada na literatura de ciência política justamente se aproveitando da descontinuidade natural das eleições. Ainda que essa literatura tenha sido desenvolvida originalmente para as eleições norte-americanas, já existem diversas aplicações em outros países incluindo para o Brasil (Brollo e Nannicini, 2010; Titiunik, 2009) justamente com eleições municipais. A afirmação de que a estratégia de regressão descontínua corrige para o viés do efeito partidário é reforçada pelo fato de que o viés deveria superestimar o efeito o que de fato se observa comparando-se os resultados para a amostra irrestrita com os resultados para a amostra restrita. Vale destacar que a regressão descontínua não deve ser interpretada como o efeito sobre a subpopulação próxima da descontinuidade mas sim como o efeito sobre toda a população com pesos mais elevados para as observações próximas da descontinuidade.

Apesar da popularidade dessa estratégia empírica, a aplicação de regressão descontínua para eleições tem sofrido algumas críticas. Caughey e Sekhon (2011) por exemplo, apontam para o fato de que algumas premissas da regressão descontínua não seriam válidas para as eleições para o congresso norte-americano ocorridas entre 1942 e 2008. Foge do escopo desse artigo verificar se a crítica dos autores é válida para o caso brasileiro porém vale a pena considerar as críticas para qualificar melhor os resultados obtidos nesse análise.

Não resta dúvida que a regressão descontínua não é uma panaceia. No entanto, é certamente mais precisa do que uma regressão simples. Apesar das críticas, Caughey e Sekhon (2011) admitem

que a estratégia é superior a outras.<sup>15</sup> A grande crítica dos autores é que as eleições apertadas não são iguais às demais eleições. Isso porque eleitores, doadores de recursos para a campanha e os próprios partidos sabem que o retorno de uma eleição apertada é maior do que de uma eleição qualquer. Votar em uma eleição na qual um dos partidos detém, digamos, 80% dos votos dificilmente altera o resultado da eleição. Da mesma forma, adicionar recursos em eleições muito disputadas pode alterar o resultado com muito mais facilidade do que em eleições com grande margem para um dos candidatos. Esse argumento parece bastante razoável e implica que os resultados de uma regressão descontínua deve ter menos validade externa não obstante o argumento de Lee (2008).

Evidentemente, gostaríamos de testar um pouco mais a sensibilidade desse resultado. Fazemos isso neste artigo verificando se os resultados na Tabela 1 são replicados para a votação para deputado estadual no mesmo município. Na Tabela 2, reproduzimos as estimativas modificando a variável dependente de acordo com a nova análise. Em termos qualitativos, os resultados são virtualmente os mesmos. A correlação entre a eleição de prefeitos e a votação para deputado estadual na eleição subsequente são bastante claras. Portanto, há evidências para a existência de significativo efeito partidário também nas eleições para candidatos a deputado estadual.

-- Tabela 2: inserir aqui --

Existem, todavia, diferenças de magnitude no efeito partidário entre votação para o legislativo no nível estadual e no nível federal. Primeiramente, o impacto é significativo apenas para o nível de 10% quando restringimos a amostra para 266 municípios com margem apertada de vitória na eleição para prefeito. Em segundo lugar, a magnitude das estimativas é sempre menor que as estimativas para os deputados federais. Apesar de a linha de base para as eleições legislativas estaduais ser ligeiramente menor do que nas eleições federais (14% comparado com os 15% discutidos anteriormente), isto não é o suficiente para explicar as diferenças de magnitude. O efeito partidário relativo ao valor de base variará de um limite inferior de 10% (1,5% brutos) a

---

15 "It is not our intention, however, to denigrate the RD design, which we believe to be a powerful inferential tool. RD's identifying assumptions are weaker *a priori* than those underlying model-based alternatives, and unlike other observational methods, they have clear observable implications that can be tested. Even when the assumptions are not satisfied, as in the case of U.S. House elections, the RD design makes weaker assumptions than the usual regression methods that rely on all elections." (Caughey e Sekhon, p. 386)

um limite superior de 26% (3,7%) comparado com uma variação de 21% a 37% encontrados para as votações para deputado federal no município.

Não podemos dizer muito sobre essa diferença, uma vez que esse não é o foco do nosso artigo; mas, ela certamente merece uma investigação futura. Esperaríamos que o impacto fosse maior para os deputados estaduais por duas razões. Em primeiro lugar, o deputado estadual poderia ser mais atento aos problemas municipais. Pelo menos o deputado estadual reside no estado enquanto que outros participantes do Congresso Nacional residem em Brasília. Em segundo lugar, se acreditarmos que uma carreira política típica passaria do executivo municipal para o legislativo estadual e depois mover-se-ia para o legislativo federal, um ex-prefeito deveria estar mais conectado ao prefeito atual.

Para apoiar um impacto maior para o deputado federal, nós poderíamos também criar a hipótese que esses políticos são mais relevantes para a política local que suas contrapartes estaduais. Isso é razoável, uma vez que as transferências federais para os municípios brasileiros são em geral maiores que as transferências estaduais (exceto para o Estado de São Paulo onde as transferências dos dois níveis são comparáveis). Adicionalmente, poderíamos considerar que essa diferença é o resultado de uma influência de cima para baixo do partido. Supondo que os deputados federais são mais influentes na organização partidária, refletiria que o prefeito trabalharia mais fortemente para eleger os líderes partidários.

De toda forma, o efeito partidário, através da eleição do prefeito, está presente em ambas as eleições, aumentando o grau de confiança do nosso resultado. Nós ainda sabemos pouco sobre os mecanismos através dos quais esse efeito partidário ocorre e se as diferenças entre as duas eleições proporcionais pode revelar algo sobre este mecanismo. Evidentemente, entender as diferenças nas duas eleições paralelas de 2010 está fora do escopo deste artigo. Nossa análise sugere, no entanto, que uma interessante via de pesquisa pode ser a de explorar mais profundamente a heterogeneidade dos impactos observados.



## 5. CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS

Este artigo analisou os efeitos eleitorais das articulações intrapartidárias, um aspecto importante para entender a maioria dos sistemas políticos federativos. Focamos nas peculiaridades da federação brasileira para explorar o efeito *coattail* reverso dos prefeitos sobre o desempenho eleitoral de seus respectivos partido nas eleições legislativas estaduais.

Nós relacionamos dados das eleições municipais de 2008 com as eleições legislativas de 2010 para observar se um prefeito eleito na primeira eleição poderia influenciar o desempenho de seu partido nas eleições legislativas subsequentes. Nossas descobertas mostram evidências de um forte efeito *coattail* reverso, chamando a atenção para a importância de organizações partidárias municipais para entender os resultados nas eleições proporcionais estaduais. Esse resultado auxilia na compreensão do tamanho legislativo dos partidos brasileiros, um assunto central para entender a criação, manutenção e o rompimento das coalizões governamentais em um sistema partidário fragmentado.

As descobertas deste artigo também abrem algumas possibilidades para futura investigação. Um caminho é analisar mais a fundo as condições que podem favorecer ou atrapalhar a capacidade de o prefeito transferir seus votos para os candidatos dos partidos nas eleições legislativas. Por exemplo, conforme argumentado por Ames (1994, p. 99),

“a habilidade de um prefeito colocar a máquina como suporte para um candidato dependia, em parte, da própria liberdade de ação do prefeito. Se uma coalizão, ao invés de um partido só, tivesse apoiado o prefeito vencedor, os membros dos partidos que o apoiavam seriam provavelmente opostos à ajuda de um prefeito a um candidato local que eles não apoiassem.”

Outra variável a ser considerada com mais detalhe é a relação entre o partido do prefeito e o partido no governo estadual e federal, uma vez que a maioria dos municípios necessita de transferências dos governos estadual ou federal para realizar tarefas básicas como saúde, educação e saneamento urbano.

Um outro tópico interessante de pesquisa é o declínio da volatilidade eleitoral e a potencial consolidação da competição partidária entre os estados brasileiros. Conforme demonstrado por Bohn e Paiva (2009), a volatilidade eleitoral diminuiu a taxas diferentes no nível estadual. Uma explicação possível para essa variação, ao menos para eleições legislativas, é que a volatilidade eleitoral diminui apenas em regiões onde os partidos políticos podem alcançar algum grau de articulação interna entre diferentes níveis de governo. Ou seja, nós deveríamos observar uma diminuição ainda maior da volatilidade eleitoral nos estados em que a organização partidária seja capaz não apenas de manter seus votos no município, mas de transferi-los para os candidatos do partido nas eleições legislativas estaduais.

A importância da organização partidária local (neste artigo, representada pelo prefeito eleito) não significa que os partidos brasileiros não sejam nacionalizados; o relacionamento entre lideranças locais, estaduais e federais também deve ser levado em conta. Primeiramente, nomeações políticas nacionais e estratégia eleitoral podem restringir escolhas locais, mesmo sem que nenhum mecanismo aberto de coação hierárquica. Em segundo lugar, a alta correlação de votos entre os três níveis de governo revelados por Carneiro e Almeida (2008) é evidência suficiente para levantar suspeitas sobre algum grau de nacionalização partidária. Finalmente, contrária à suposição de homogeneização compartilhada pela literatura sobre a nacionalização dos partidos, sistemas partidário organizados em vários níveis podem se desenvolver de forma heterogênea através do território brasileiro.

Um último tema de pesquisas relaciona-se com a possível variação entre partidos brasileiros em sua capacidade de alcançar algum nível de articulação intrapartidária. É possível que os partidos tenham diferentes níveis de articulação ou demonstrem diferentes trajetórias ao longo do tempo, apresentando padrões crescentes ou decrescentes de articulação. Isso impulsionaria a necessidade de comparar partidos não apenas em sua habilidade de manter seus eleitores entre eleições, mas também se esta habilidade é crescente ou decrescente ao longo do tempo.

## REFERÊNCIAS

AMES, B. "The Reverse Coattails Effect: Local Party Organization in the 1989 Brazilian Presidential Election." *American Political Science Review*, v. 88, n. 1, p. 95-111, 1994.

BROLLO, F. e NANNICINI, T. "Tying your enemy's hands in close races: The politics of federal transfers in Brazil". Working paper no. 358, Innocenzo Gasparini Institute for Economic Research, Università Bocconi, 2011.

BOHN, S. R. e PAIVA, D. "A Volatilidade Eleitoral nos Estados; Sistema Partidário e Democracia no Brasil." *Revista de Sociologia e Política*, v. 17, n. 33, p. 187-208, 2009.

CARNEIRO, L. P. e ALMEIDA, M. H. T. "Definindo a arena política local: sistemas partidários municipais na federação brasileira." *Dados*, v. 51, p. 403-432, 2008.

CAUGHEY, D. e SEKON, J.S. "Elections and the Regression Discontinuity Design: Lessons from Close U.S. House Races, 1942–2008". *Political Analysis* (2011) 19:385–408, 2011.

COX, G. W. *Making votes count: Strategic coordination in the world's electoral systems*. Cambridge, U.K; New York, Cambridge University Press, 1997.

\_\_\_\_\_. "Electoral Rules and Electoral Coordination." *Annual Review of Political Science*, v. 2, n. 1, p. 145-161, 1999.

\_\_\_\_\_. *Electoral Institutions and Political Competition; coordination, persuasion and mobilization*. Handbook of New Institutional Economics. C. Ménard and M. M. Shirley, Springer: 69-89, 2005.

DESCHOUWER, K. "Political Parties in Multi-Layered Systems." *European Urban and Regional Studies*, v. 10, n. 3, p. 213-226, 2003.

\_\_\_\_\_. *Political Parties as Multi-Level Organizations*. Handbook of Party Politics. R. S. Katz and W. Crotty. London: Sage Publications, 2006.

GUARNIERI, F. (2011). "A Força dos Partidos Fracos". *Dados*, 54(1): 235-258.

LEE, D. S. "Randomized experiments from non-random selection in U.S. House elections." *Journal of Econometrics*, v. 142, n. 2, p. 675-697, 2008.

LEONI, E. L. (2010). Coligações e Ideologia nas Eleições para Vereadores no Brasil: Uma Análise Econométrica (mimeo).

MAINWARING, S. "Electoral Volatility in Brazil." *Party Politics*, v. 4, n. 4, p. 523-545, 1998.

\_\_\_\_\_. *Rethinking party systems in the third wave of democratization: The case of Brazil*. Palo Alto: Stanford University Press, 1999.

\_\_\_\_\_ e TORCAL, M. (2006). *Party System Institutionalization and Party System Theory After the Third Wave of Democratization*. Handbook of Party Politics. R. S. Katz and W. Crotty. London: Sage Publications, 2006.

RENNO, L. (2006). "O Dilema do Rico: Número de Candidatos, Identificação Partidária e Accountability nas Eleições de 2002 para a Câmara de Deputados. In: G. Soares e L. Renno, orgs., *Reforma Política; Lições da História Recente*. Rio de Janeiro, Ed. FGV.

\_\_\_\_\_ (2007). Desigualdade e Informação Política; As Eleições Brasileiras de 2002." *Dados*, vol. 50(4): 721-755.

\_\_\_\_\_ (2009). "Atalhos Cognitivos em Contextos Eleitorais Complexos; As Eleições Legislativas de 2002 no Brasil." In: M. Ignacio e L. Renno, orgs., *Legislativo Brasileiro em Perspectiva Comparada*. Belo Horizonte, Ed. UFMG.

RIKER, W. H. *Federalism: origin, operation, significance*. Boston: Little, 1964.

SAMUELS, D. J. "The Gubernatorial Coattails Effect: Federalism and Congressional Elections in Brazil." *The Journal of Politics*, v. 62, n. 1, p. 240-253, 2000a.

\_\_\_\_\_. "Concurrent Elections, Discordant Results: Presidentialism, Federalism, and Governance in Brazil." *Comparative Politics*, v. 33, n. 1, p. 1-20, 2000b.

TITIUNIK, R. "Incumbency advantage in Brazil: Evidence from municipal Mayor Elections". Working paper. <http://wwwpersonal.umich.edu/titiunik/papers/Titiunik IABrazil.pdf>, 2009.

THORLAKSON, L. "Patterns of Party Integration, Influence and Autonomy in Seven Federations." *Party Politics*, v. 15, n. 2, p. 157-177, 2009.

\_\_\_\_\_. "Measuring vertical integration in parties with multi-level systems data." *Party Politics*, upcoming, 2011.

## FIGURAS E TABELAS

**Tabela 1:** Impacto da eleição para prefeito (2008) na eleição federal subsequente (2010) – votos dos congressistas por diferentes especificações e amostras

Covariadas e restrição amostral	OLS	Municípios
Amostra completa	0,0553*	5.211
Amostra completa controlando por votos para vereadores	0,0314*	5.211
Margem de vitória no município < 5%	0,0401*	1.374
Margem de vitória no município < 3%	0,0428*	823
Margem de vitória no município < 1%	0,0365*	266
Margem de vitória no município < 1% e controlando por votos para vereadores	0,0340*	266

\* significativo a 1%; \*\* significativo a 5%; \*\*\* significativo a 10%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

**Tabela 2:** Impacto da eleição para prefeito (2008) para a eleição estadual subsequente (2010) – votos dos congressistas por diferentes especificações e amostras

Covariadas e restrição amostral	OLS	Municípios
Amostra completa	0,0367*	5.211
Amostra completa controlando por votos para vereadores	0,0145*	5.211
Margem de vitória no município < 5%	0,0213*	1.374
Margem de vitória no município < 3%	0,0215*	823
Margem de vitória no município < 1%	0,0218***	266
Margem de vitória no município < 1% e controlando por votos para vereadores	0,0198***	266

\* significativo a 1%; \*\* significativo a 5%; \*\*\* significativo a 10%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)